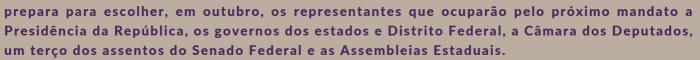
PERSPECTIVAS

COMUNICAÇÃO & RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

AGOSTO/2022

ELEIÇÕES 2022: CENÁRIO E OPORTUNIDADES

Com o término das convenções partidárias e a oficialização das candidaturas, o país se



Embora o direito ao voto e a realização de eleições periódicas sejam elementos basilares de uma democracia, há muito está superado o conceito de que a participação da sociedade no processo democrático se resume ao exercício do voto. Pelo contrário, espera-se de uma democracia madura que toda a sociedade participe ativamente da política e, especialmente em ano eleitoral, contribua para a construção das propostas e soluções de que o país precisa.

Nesta edição da Newsletter Perspectivas, confira informações de interesse sobre as eleições nacionais de 2022 e perspectivas de cenário para o próximo ano.

CARGOS EM DISPUTA



Presidência da República

Todos os 513 assentos da Câmara dos Deputados





1/3 dos assentos do Senado Federal

Governo e Assembleias das 27 unidades da federação



CALENDÁRIO ELEITORAL



15 AGO

Prazo final para solicitação de registro de candidaturas

16 AGO a 1 OUT

Propaganda eleitoral autorizada, inclusive na internet

> 26 AGO a 29 SET Propaganda eleitoral gratuita no rádio e na TV

2 OUT e 30 OUT

Primeiro e segundo turno das eleições (segundo turno apenas para cargos do executivo, caso necessário)

O QUE MUDA NAS ELEIÇÕES DE 2022

As eleições de 2022 vão contar, pela primeira vez, com o mecanismo das federações partidárias, união entre dois ou mais partidos que atuam como frente única e que devem se manter juntos por, ao menos, quatro anos. As alianças formadas devem ser nacionais e possuem os mesmos direitos e deveres de um partido político, sujeitas ao coeficiente eleitoral e, no Congresso, à proporcionalidade partidária, funcionando como um mesmo bloco para a divisão de cargos nas comissões da Câmara e do Senado e somando seus votos para superar a cláusula de barreira instituída na reforma eleitoral de 2017.

FINANCIAMENTO

sobre 0 financiamento campanha se mantêm. O financiamento privado só pode ser feito a partir de físicas doações pessoas que correspondam a até 10% da renda bruta anual declarada no ano anterior e no financiamento público, advindo do fundo eleitoral, a Lei Orcamentária Anual de 2022 fixou o valor em R\$ 4,9 bilhões. Em junho o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) divulgou o montante a ser destinado aos 32 partidos, sendo União Brasil. PT e MDB os maiores beneficiados.



O QUE PENSA O ELEITOR

Conforme pesquisa da

Genial/Quaest divulgada
em 03/08, a ECONOMIA
ainda é o principal
problema a ser enfrentado
no Brasil, conforme 40%
dos eleitores entrevistados.
Destes, 16% considera a
inflação como prioritária,
13% a crise econômica e
11% o desemprego.

A pesquisa também aponta as questões sociais (20%) e saúde/pandemia (13) em segundo e terceiro lugar quanto ao principal problema do país. Em relação à primeira, 16% dos entrevistados apontam a fome e a miséria como prioritárias, questões que também estão intrínsecas à economia.

Em concordância com esses dados, pesquisa publicada este ano pela Deloitte revela as prioridades dos empresários brasileiros para o governo, às quais, segundo eles, os candidatos devem estar atentos. São elas: geração de empregos; manutenção da inflação abaixo de 5%; maior investimento em educação, saúde, saneamento básico e segurança pública; avanço em reformas e legislações e a desburocratização.

DESAFIOS PARA O PRÓXIMO GOVERNO

Na atualização da <u>projeção feita pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) para 2022</u>, divulgada no final de julho, a economia mundial deve crescer 3,2% - 0,4% a menos do que foi previsto no relatório divulgado em abril. Apesar das adversidades apontadas para o próximo ano, o Brasil teve sua estimativa de crescimento do PIB elevada para 1,7%, bem acima da taxa de 0,8% calculada anteriormente pelo FMI e de acordo com o IBGE, a economia brasileira cresceu 4,6% em 2021, superando as perdas de 2020.

No cenário internacional, vários acontecimentos impactaram as economias globais que já se encontravam enfraquecidas por conta da pandemia: inflação acima do esperado em todo o mundo desencadeando maior instabilidade financeira; desaceleração da retomada da economia da China, por conta de restrições ligadas à COVID-19, assim como os impactos da guerra na Ucrânia.

A invasão da Ucrânia vem gerando grande preocupação, em um conflito que já se alastra por mais de 5 meses. Além dos danos humanos, a guerra também impactou o fornecimento de fertilizantes e os preços de grãos, petróleo e gás, insumos significamente importantes para o Brasil. O tópico dos fertilizantes é sensível ao Brasil, pois este depende da importação dos insumos para o agronegócio.

O FMI ainda afirma que a fragmentação geopolítica global deve trazer desafios para cooperação e comércio internacional, assim como para ações multilaterais visando mitigar os impactos das mudanças climáticas. Sendo assim, o aumento dos preços continua a comprimir os padrões de vida em todo o mundo - em especial dos combustíveis, que encarece o setor de transportes, cadeia logística e o preço dos alimentos - controlar a inflação deve ser a primeira prioridade para os formuladores de políticas.

CONVENÇÕES PARTIDÁRIAS E A OFICIALIZAÇÃO DOS CANDIDATOS À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Entre 20 de julho e 5 de agosto, os partidos e federações puderam realizar suas convenções partidárias para oficializar seus candidatos às eleições deste ano. Para a Presidência da República, as convenções com os principais candidatos ocorreram entre 20 e 27 de julho. O PDT foi o primeiro partido a oficializar a candidatura do ex-ministro Ciro Gomes. O anúncio da vice, Ana Paula Matos, vice-prefeita de Salvador, foi oficializado no último dia das convenções, confirmando uma chapa pura do PDT. A federação partidária "Brasil da Esperança", formada por PT, PCdoB e PV, oficializou a candidatura do ex-presidente Lula (PT) e de seu vice, Geraldo Alckmin (PSB). A candidatura de Lula também conta com o apoio dos seguintes partidos: Avante, Solidariedade, Rede, PSOL, PSB, Agir e PROS. Já o atual presidente, Jair Bolsonaro, foi oficializado como candidato pelo PL, tendo como vice o General Braga Neto, com apoio de PP e Republicanos. Por fim, Simone Tebet foi oficializada como candidata à presidência pelo MDB e contou com a formalização do apoio à sua candidatura da federação PSDB-Cidadania, com o anúncio da senadora Mara Gabrilli (PSDB) como sua vice. A seguir, confira as principais propostas destes quatro candidatos, que lideram as pesquisas de intenção de voto até o momento:



Lula (PT)

- Revogação do teto de gastos;
- Alteração da atual política dolarizada dos preços de combustíveis;
- Concessão de crédito subsidiado com foco em pequenos e médios empreendedores via bancos públicos:
- Tributação de lucros e dividendos;
- Revisão da reforma trabalhista no que concerne os sindicatos:
- Retomada do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) com investimento em obras de infraestrutura;
- Recriação de ministérios que existiam em seu governo e criação de novos ministérios;
- Ampliação de programas sociais e recriação do Bolsa Família no valor de R\$ 600.



Revisão do teto de

Reforma tributária com progressividade

dos impostos, taxação de lucros e dividendos e criação de imposto único que reúna ISS, IPI, ICMS, PIS e Cofins;

- Reestatização de empresas via compra de ações;
- Recriação do ministério da Indústria e implementação de um Plano Nacional de Desenvolvimento;
- Revisão e redução de isenções fiscais;
- Refinanciamento da dívida de pessoas físicas e empresas.



Jair Bolsonaro (PL)

- Cumprimento dos requisitos para adesão do Brasil à OCDE;
- Ampliação de produtos com redução de IPI; contemplar novos setores com desoneração da folha;
- Avanço dos processos de privatização;
- Redução de impostos para combater a inflação dos combustíveis;
- Redução de Imposto de Renda sobre pessoas físicas e empresas;
- Tributação sobre lucros e dividendos;
- Recriação de ministérios como o da Indústria e Comércio, da Segurança Pública e da Pesca.



Simone Tebet (MDB)

- Manutenção do teto de gastos e responsabilidade
- Continuação do Programa de Parceria de Investimentos e processos de privatização;
- Recriação do ministério da Cultura e de um ministério do Planejamento e Orçamento;
- · Reforma do ensino médio com foco profissionalizante e disciplinas optativas;
- Criação de uma secretaria da Criança e da Juventude:
- Aprovação de uma reforma tributária e fomento à economia verde.



O Relatório de Riscos Globais 2022, produzido pelo Fórum Econômico Mundial, apontou o clima extremo como principal risco a curto prazo e a falha na ação climática como maior risco no médio e longo prazos. No Brasil, conforme pesquisas realizadas pelo Ibope em junho de 2021 e pelo PoderData em setembro:



dos brasileiros consideram o aquecimento global um problema que afeta suas famílias



dos brasileiros acreditam que a preservação da Amazônia precisa ser prioridade para os candidatos este ano



dos eleitores têm mais chance de votar em um candidato à presidência com um plano específico para proteger a Amazônia

Corroborando esse posicionamento, o relatório ESG Credit Trends 2022 indica como essencial a participação do governo na transição para a economia de baixo carbono, um dos principais focos das grandes economias para esse ano.

A iniciativa privada também tem se posicionado cada vez mais no tema ambiental. Desde 2018, a carta anual do CEO da BlackRock, Larry Fink, indica a importância de ações sustentáveis para garantir a sobrevivência das empresas a longo prazo, com foco nos critérios ambiental, social e de governança (ESG).

Os resultados desses posicionamentos e pesquisas refletem os impactos inegáveis da mudança climática, diretamente ligada a questões sociais e econômicas, como pobreza, segurança alimentar e energia. Em 2021, a crise hídrica deixou o país à beira de um apagão. Em contraposição, o início de 2022 foi chuvas intensas aue marcado por deixaram municípios inteiros alagados. A alteração brusca no regime de chuvas interfere ainda na produção agrícola e, como consequência, impacta negativamente o PIB. Somado a esse cenário, no final de janeiro foi aprovado o início das negociações para a adesão do Brasil à OCDE, que tem como um dos requisitos principais o cumprimento do compromisso com as metas climáticas assumidas no Acordo de Paris.

Dessa forma, com a sociedade civil e a iniciativa privada atentas ao tema, não se deve subestimar a pauta verde para a definição do resultado das eleições deste ano e o sucesso do futuro governo.



O Custo Brasil é uma realidade. Responsável por retirar R\$ 1,5 trilhão de reais das empresas todo o ano, o equivalente a mais de 20% do PIB nacional, reforça a necessidade da urgência em enfrentar esses obstáculos.

Nesse sentido, a Frente Parlamentar pelo Brasil Competitivo (FPBC) e o Movimento pelo Brasil Competitivo (MBC) anunciaram em julho os 12 Compromissos para um Brasil Competitivo, com o objetivo de fazer com que o Brasil acelere sua trajetória rumo ao desenvolvimento, de maneira justa, sustentável e inclusiva. São eles:

- Acesso a crédito competitivo;
- Simplificação tributárias e eliminação da cumulatividade;
- Acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade;
- Ampliação e atualização da infrestrutura digital;
- Diversificação da matriz logística nacional com o apoio da iniciativa privada;
- Reorganização da matriz energética para diminuir o custo da energia e o risco de desabastecimento;
- Modernização da legislação trabalhista para criação de empregos formais;
- Simplificação regulatória, profissionalização e independência das agências reguladoras;
- Integração com a economia global;
- Ampliação da eficiência do serviço público brasileiro a partir da transformação digital:
- Melhoria do ambiente de pesquisa, desenvolvimento e inovação;
- Avanço das políticas públicas de promoção da sustentabilidade e melhoria das regulações ambientais.

A PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO

Segundo levantamento elaborado pelo Cemec-Fipe, o setor privado foi o responsável pelo crescimento na relação entre investimentos e o PIB do Brasil no primeiro trimestre de 2022. Nesses três primeiros meses, os investimentos corresponderam a 17,91% do PIB brasileiro. O valor é maior que os 17,55% registrados no mesmo período do ano passado. Neste sentido, destaca-se a importância do bom diálogo entre os setores público e privado para o desenvolvimento e recuperação econômica do país.

O setor privado possui excelente potencial para fomentar inovação, garantir competitividade e acelerar o crescimento do país. Enquanto que o setor público tem o papel de promover um ambiente favorável e atrativo para investidores, criando também um arcabouço legal e garantindo segurança jurídica.

Tendo isso em vista, é fundamental que o setor empresarial possa levar suas recomendações e boas práticas, participando ativamente do debate de formulação de políticas. O ano eleitoral é chave para mostrar suas pautas prioritárias a todos os candidatos e iniciar um bom relacionamento com o futuro governo.

Entendendo a importância da sinergia entre os setores público e privado, desde 1994, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) apresenta à sociedade e aos candidatos sugestões para melhorar o desempenho da indústria do país. Confira aqui as propostas da CNI para os candidatos às eleições deste ano.

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) também divulgou em julho as diretrizes que considera prioritárias para a atuação do governo federal durante os próximos quatro anos. Acesse o relatório produzido pela FIESP detalhando as diretrizes aqui.

PERPSPECTIVAS SOBRE AS ELEIÇÕES



Democracias saudáveis não resumem a participação da sociedade na política ao exercício do voto pelo contrário, a sociedade deve participar ativamente da política

dentro e fora do período eleitoral, apresentando demandas e proposições aos tomadores de decisão e qualificando o debate público em torno da construção das políticas que definem o rumo do país. O ano eleitoral não é exceção: este é o momento em que toda a sociedade é convidada a analisar, debater e propor em cima dos planos de governo dos candidatos para que o país decida nas urnas o projeto que apoia para o futuro.

Por isso, é equivocado pensar que o setor empresarial deve se ausentar desse debate. Todos ganham quando os atores sociais inclusive empresas - se mobilizam para levar suas propostas aos candidatos com vistas a qualificar a elaboração de seus planos de governo. Afinal, o setor privado paga impostos e emprega e não há melhor política social para um país do que a geração de empregos.

A campanha eleitoral não é apenas um momento para apresentar propostas à população, mas também de ouvi-la para desenvolver essas propostas e efetivamente planejar as ações que deverão ser implementadas.

Por essas razões, os setores econômicos que permanecem inertes tendem a ficar para trás em relação àqueles que investem no diálogo ativo, transparente e ético com os candidatos no período eleitoral. O investimento nas relações institucionais e governamentais por parte das empresas ganha especial importância estratégica nesse período e traz benefícios à sociedade como um todo por meio da qualificação das propostas e planos de governo apresentados pelos candidatos com soluções para a competitividade.

- Marina Mattar, CEO e fundadora da Perspectivas

SOBRE A PERSPECTIVAS

A Perspectivas é uma consultoria de Comunicação e Relações Institucionais especializada em estratégia de advocacy e comunicação com base nos pilares do diálogo, da ética e da transparência e com foco nos princípios de ESG (Environment, Social & Governance), em especial em Economia de Baixo Carbono, e gestão de frentes parlamentares.

Acesse as edições anteriores de nossa newsletter, em português e inglês, em: www.perspectivasbr.com/newsletter Contato: perspectivas@perspectivasbr.com